

EM TRIBUNAL A PEDIDO DO POVO

Chissano, Guebuza, Marcelino dos Santos e outros serão julgados

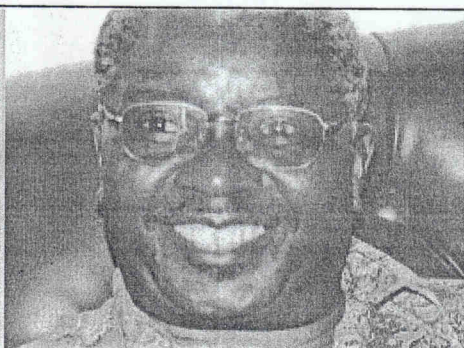
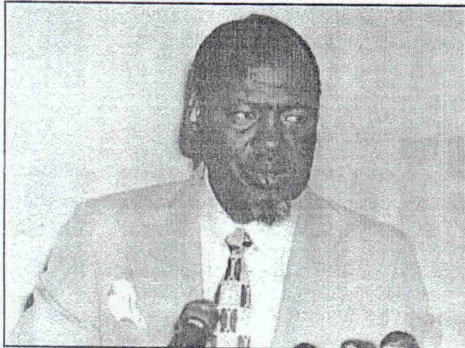
— Afonso Dhlakama, discursando num comício popular no bairro da Munhava-Beira

Afonso Dhlakama disse que Joaquim Chissano, Armando Guebuza, Marcelino dos Santos e outros quadros seniores da Frelimo serão julgados em tribunal a pedido do povo, num regime democrático por ele presidido, em que o sistema de administração da justiça será independente e transparente.

“Caso eu, Dhlakama, ascenda ao poder não vou perseguir ninguém. Nem Chissano, nem Guebuza, Marcelino dos Santos, Chipande, Matsinha, muito menos Sérgio Vieira, ou outros quadros seniores da Frelimo. Mas, estes poderão ser julgados em tribunal a pedido do povo. Porque, o povo quer saber o paradeiro dos seus familiares que mandaram matar. O povo quer saber a proveniência de tanta fortuna acumulada.

Querera saber como compraram prédios e empresas. Enfim, querera saber os verdadeiros mandantes do crime organizado e os promotores de corrupção”, prometeu Dhlakama perante fortes aplausos de populares que enchiam por completo o campo do Conselho Municipal local.

Prosseguindo o seu discurso feito de improviso, Dhlakama declarou que “a governação da Renamo, já iniciou no município da Beira. A Frelimo, caiu para sempre, jamais voltará a governar a cidade da Beira. Afinal, dói muito estar na oposição, por isso a Frelimo anda a chorar”, disse, adiantando que “já dei indicações ao Daviz Simango, para não se preocupar muito com as provocações da Frelimo, porque as camaradas



Joaquim Chissano e Armando Guebuza que, segundo Dhlakama, serão julgados

vão continuar a lamentar, a chorar até se cansarem”, venceu.

Referiu ter ficado satisfeito ao observar na cidade da Beira, que de forma gradual o lixo ia perdendo terreno, mercê de esforços que o executivo de Daviz Simango tem vindo a encetar no sentido de cumprir o seu programa, que também prioriza a componente do saneamento do meio, como fundamental para o bem da saúde pública.

Na sua alocução, frisou que “estamos no início da nossa governação. Vamos convidar os investidores nacionais e estrangeiros para a Beira, a fim de diminuir o índice de desemprego. É doloroso ver jovens com 12ª classe de escolaridade a venderem amendoim torrado na estrada, ou no “tchungamoyo”, mercado informal, tudo isto porque não há emprego. Garanto-vos que, vamos acabar com o desemprego”, assumiu.

A problemática das fraudes da Frelimo, voltou à ribalta, com Afonso Dhlakama a reeditar a história. Sublinhou que “nunca perdi as eleições

gerais em Moçambique. Em 1994, Chissano, roubou-me todos os votos. Em 1999, voltou de novo, a roubar-me os votos. Mesmo aqui na Beira, se os membros da Renamo não fossem fortes e espertos, Daviz Simango, perdia as eleições autárquicas a favor da Frelimo e do seu candidato Djalma Lourenço. Noutros municípios do país, onde a Renamo dormiu, a Frelimo fez festa”, deplorou.

Acrescentou que “Daviz Simango ganhou por uma maioria absoluta. A Frelimo, roubou-lhe muitos votos, mesmo assim com o pouco que restou saiu vitorioso. Aliás, Albuquerque Lobo, o tal técnico da informática do STAE, foi surpreendido a roubar votos a favor da Frelimo, mas não lhe fizeram nada. Falou ao ZAMBEZE, que roubou votos por instruções superiores, mesmo com isto continua a passear”, repudiou.

Afonso Dhlakama, disse ter ficado muito desapontado ao receber queixas das populações daquelas regiões seriamente afectadas pela seca, segundo as quais

“estavam a morrer de fome, porque o Programa Mundial de Alimentação, só dá comida ou géneros alimentícios aos camaradas da Frelimo, em detrimento da maioria que não tem nada a ver com a política”, denunciou o líder da *perdiz*, sustentando que “mesmo no Programa Comida pelo Trabalho, os secretários de grupos dinamizadores, só tiram nomes dos membros da Frelimo. Os que não possuem cartões da Frelimo não têm direito a biscates, pois alegam que esta comida é de Chissano. Dhlakama não tem comida é pobre”, salientou.

A recente crise política que abalou a *perdiz*, envolvendo o veterano e membro do conselho nacional da Renamo, Fernando Carrelo e o jovem edil do Chiveve, Daviz Simango, em torno de certos lugares de chefia no município da Beira, foi desdramatizado por Afonso Dhlakama ao afirmar que “na Renamo há democracia. Pode-se criticar um e outro não há problema. Mas, na Frelimo não existe isto, pois quem tenta criticar Chissano ou Guebuza é encontrado morto na estrada

ou em casa em circunstâncias estranhas”, finalizou.

Jugas, caiu mas a Frelimo continua de “tangas nas mãos” na Beira

Cumprindo decisões da sua comissão política, a Frelimo em Sofala, esteve reunida em sessão extraordinária para formalizar o afastamento forçado de José Luís Jugas, do cargo de primeiro secretário daquela força política, acto que teve lugar no dia 24 de Março último.

Contudo, fontes credíveis referem que, a Frelimo está de “tangas nas mãos” na Beira, visto que até hoje, ainda não conseguiu reunir um consenso desejável em torno da figura que vai ocupar o lugar deixado vago por José Jugas.

Fala-se de 5 de Abril corrente, como data indicada para a realização duma nova sessão extraordinária, que irá eleger o novo primeiro secretário da Frelimo ao nível da cidade da Beira, que tem à partida o polémico edil

cessante, Chivavice Muchangaje como provável sucessor de José Jugas. Os outros elementos na corrida são: Dinis Jone, Adelino Chauca e Abílio José Gabriel.

As mesmas fontes, asseveraram-nos que, caso se consuma a eleição de Chivavice Muchangaje ao cargo de primeiro secretário da Frelimo ao nível da cidade, o *ngoma* poderá se furar em definitivo na Beira, uma vez que este, durante o seu conturbado principado, também se envolveu em casos quentes de corrupção, para além de ter deixado más recordações no Chiveve.

Como devem saber, a queda de José Jugas, deveu-se a vários factores que vão desde o seu envolvimento em casos de corrupção, ou por outra, no desvio de 586 milhões de meticais de fundos do seu partido, fraco desempenho, as suas tendências tribais, que fragilizaram as bases do batuque e maçaroca e a sua consequente derrota na Beira a favor da Renamo.

Informações disponíveis indicam que, depois da queda de José Jugas, os antigos combatentes de Nachingweia, estão a pressionar também Filipe Chimoio Paúnde a resignar do cargo de primeiro secretário do comité provincial da Frelimo em Sofala, por motivos que se prendem com o facto de ele e o governador Felício Zacarias, terem influenciado a sua comissão política na exclusão de Lourenço Bulha, o candidato internamente preferido pelas bases. □

ISAÍAS NATAL

ENCOBERTO INCUMPRIMENTO DE MACUVELE EM INHAMBANE:

Mais de 30 construções ilegais na praia de Barra

— “Eu já não sou presidente, perguntem ao Macule”, Vitorino Macuvelé, edil cessante

— “Nem conheço essas construções, foi assunto do mandato anterior”; Lourenço Macule, edil em exercício

Vitorino Macuvelé, Presidente cessante do Município de Inhambane, mentiu publicamente nos fins de 2002 ao dizer que as 33 casas de veraneio, construídas ilegalmente na orla marítima da zona turística da Barra, já tinham sido destruídas para repor a legalidade. De acordo com Macuvelé, as casas permanecem porque o seu mandato terminou, cabendo

ao actual edil resolver o problema das construções ilegais feitas por estrangeiros na Barra.

Tratando-se de construções ilegais, o Governo de Aires Aly realizou uma reunião de emergência para discutir a questão. O sector do Ambiente defendia a destruição daquelas casas por terem sido construídas na orla marítima e sem observância do

plano de ordenamento e impacto ambiental.

Para o Comércio, as casas não deveriam ser usadas para fins comerciais, sem que fosse legalmente autorizado, uma vez que eram ilegais à altura da sua inauguração. O sector do Turismo, declarou ilegais as 33 construções da Barra, porque não ofereciam condições turísticas à altura do custo real da actividade

naquela região. O valor e custo do turismo em Barra é bastante elevado e os turistas não devem pagar alojamentos nem restauração numa estância turística com casas sem condições de lodges.

As comunidades locais da Barra disseram que os proprietários das 33 casas em causa não se dignaram conciliar as benéficas com as condições anteriormente existentes no local. Aliás, as

comunidades viram-se sem terras, arrancadas pelos boers, proprietários das casas.

Foi em Julho de 2001 que as comunidades locais de Barra começaram a exigir benefícios em troca das “suas” terras turísticas. Actualmente alguns nacionais são sócios honorários nas 33 construções ilegais muito embora seja para “inglês ver”. Lourenço Macule admitiu que

teria sido a insuficiência de fundos no mandato de Macuvelé, a razão da não destruição das casas da Barra. Mas disse ter suas dúvidas a julgar pela sensibilidade do facto. “Destruir implica indemnizações porque é preciso saber que as casas são ilegais no ponto de vista legislativo mas não foram construídas só por construir”.